

A estratégia do Brasil. E como foi montada.

Já com uma estratégia montada, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, viaja na próxima semana aos Estados Unidos, para comunicar oficialmente aos credores internacionais a moratória técnica do País. Para amenizar a situação, o Banco Mundial comunicou ontem ao governo brasileiro que manterá sem alteração seu programa de cooperação financeira.

Segundo qualificada fonte da área econômica, o governo deu garantias à instituição de que seriam excluídas da suspensão dos pagamentos dos juros os bancos governamentais de crédito, para a manutenção do compromisso firmado há dias com o Clube de Paris, deixando uma válvula aberta à cooperação financeira internacional, na hi-

pótese de um endurecimento da posição dos banqueiros.

A decisão de o governo suspender o pagamento dos juros foi tomada há duas semanas, quando a Cacex concluiu o levantamento do **superávit** comercial de janeiro e as reservas atingiram o limite de segurança de três meses de importações.

No Ministério da Fazenda, elaborou-se um documento do governo brasileiro, endereçado ao governo dos Estados Unidos e aos credores externos, relatando as razões que o levaram a tomar essa medida, seus objetivos e limitações e reafirmando o propósito de promover uma negociação o mais rápido possível, sem intenções de confronto.

O documento, por uns considerado carta e, por outros, comunicado, foi levado a Washington pelo embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira, e ontem entregue ao subsecretário para Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado, com quem Marcílio entrevistou-se na tarde de ontem.

Apesar de ter sido redigido no Ministério da Fazenda, sob a responsabilidade do assessor especial de Funaro para Assuntos de Dívida Externa, Paulo Nogueira Baptista, o documento circulou também no Ministério do Planejamento, nas assessorias Econômica e Internacional, e no Banco Central onde recebeu emendas e sugestões.

As negociações com os credores norte-americanos, mais difíceis agora.

As próximas negociações do governo brasileiro com os credores norte-americanos poderão ser longas e difíceis. Os bancos norte-americanos não estão preparados para uma nova rodada de negociações de nossa dívida, e afirmam que os últimos entendimentos com outros países da América Latina, como o México e a Venezuela, sobre o mesmo assunto, deixaram um mau presságio no ar. O aviso é de um dos grandes banqueiros norte-americanos, para quem o adiamento do pagamento do serviço de nossa dívida externa, anunciado ontem pelo presidente Sarney, não foi surpresa para ninguém. No entanto, entre apreensivos e alerta, os banqueiros ouvidos ontem pelo **Jornal da Tarde** em várias cidades norte-americanas, afirmam que esperam com grande expectativa um novo plano econômico brasileiro que possa conter a inflação e aumentar as nossas exportações.

Entre os mais otimistas, no entanto, há a certeza de que não havia outra saída — já que a opção de suspender o pagamento dos juros da dívida só foi tomada por causa dos problemas de baixas reservas disponíveis e a impossibilidade de encontrar novos recursos para o pagamento esperado. Na verdade, alguns executivos de bancos de pequeno porte chegaram a declarar que foram surpreendidos com a rapidez com que o Brasil tomou tal decisão e disseram estar apreensivos quanto ao resultado de um novo plano econômico para resolver os problemas domésticos de nossa economia. Já os bancos comerciais maiores reconhecem que têm condições de fazer alguns cortes de reserva.

"A crise de reservas que o Brasil enfrenta prova que não houve uma atitude



arbitrária do governo brasileiro", afirmou um banqueiro de Nova York, para quem, no entanto, a iniciativa torna as próximas negociações com os credores internacionais sem dúvida mais difíceis. "Tudo vai depender de quanto o Brasil poderá ter como excedente em 87 e como serão as negociações com os seus parceiros na Europa", acrescentou.

Por outro lado, os banqueiros lembram que, tradicionalmente, nos meses de janeiro e fevereiro apresenta um comportamento fraco a balança comercial e, portanto, espera-se que no mês de março o Brasil possa aquecer suas exportações e alcançar um saldo expressivo.

De qualquer maneira, o ministro Dilson Funaro e sua comitiva, que deverão conversar com representantes dos credores norte-americanos na próxima semana, vão perceber que as regras do jogo mudaram.

"O Brasil não está mais numa situação tão favorável como esteve há alguns meses, e as discussões sobre o pagamento da dívida com outros países latino-americanos fi-

zeram com que alguns bancos tomassem suas precauções", adiantou um banqueiro de Chicago. Segundo ele, o governo brasileiro deve mostrar clara e imediatamente a sua intenção de conter a inflação, recuperar exportações e conter as despesas estatais.

Na opinião de um especialista em dívida externa latino-americana, que preferiu não ser citado, é muito importante que nosso País conserve uma atitude de cooperação e não de confrontação nas futuras negociações com seus credores. Ele acredita que o Brasil deve recorrer ao Fundo Monetário Internacional para reescalonar sua dívida, exigindo prazos e taxas mais compatíveis com a realidade brasileira.

Por outro lado, enquanto a imprensa norte-americana falava na moratória técnica brasileira e citava Marcílio Marques Moreira como grande articulador das conversações com os credores norte-americanos, o embaixador brasileiro declarava que está "mais confiante no processo objetivo de avaliação da política econômica brasileira, tanto na área externa como na interna". A sua assessoria de imprensa afirmou, no entanto, que no final da tarde de ontem o embaixador Marcílio Moreira entregou nota oficial do governo brasileiro ao secretário-assistente para Assuntos Econômicos do Departamento de Estado norte-americano, Doug McMin, comunicando as medidas adotadas pelo Brasil para "enfrentar os problemas decorrentes do serviço de nossa dívida externa e também para criar condições para iniciar uma nova fase de negociações com os bancos comerciais e estrangeiros".

Marielza Augelli, de Washington

Bolsa de Nova York: ações dos bancos credores em queda.

As ações dos principais bancos norte-americanos tiveram baixa ontem na Bolsa de Valores em decorrência da suspensão temporária do pagamento de juros da dívida brasileira. Uma hora antes do fechamento dos pregões, as ações do Bankamerica caíram 0,5 ponto, as do Citicorp 2 pontos e do Chase Manhattan 1,75 ponto. Mas dois outros fatores também influenciaram na queda: a realização de lucros e a expectativa criada em torno do encontro dos ministros das Finanças dos principais países industrializados este fim de semana em Paris.

Também em Montreal, as ações dos bancos canadenses perderam pontos diante do anúncio de que o Brasil suspende por 90 dias o pagamento dos juros incidentes sobre os US\$ 68 bilhões que deve a bancos privados, disseram os analistas. Na Bolsa de Toronto, fecharam em baixa as ações dos seis principais bancos do país. Os destaques negativos foram o Banco Montreal (que, segundo os analistas, tinha crédito de US\$ 1,98 bilhão no Brasil em 30 de setembro do

ano passado) e o Banco Imperial de Comércio do Canadá.

Mas em Washington o analista Greg Fager, do Instituto de Finanças Internacionais, que congrega os principais bancos privados do mundo, afirmou: É indispensável que o Brasil chegue a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabilizar sua economia se quiser novos recursos das instituições financeiras.

Banqueiro solidário

Apesar da minimoratória, não se deve interromper as operações de financiamento de curto prazo, recomendou ontem no Rio o vice-presidente para o Brasil do Bank of America, Joel Korn. Ressaltou que o País "não pode perder o oxigênio importante para as suas operações de comércio exterior".

Acrescentou que o Brasil, no momento atual, precisa de dinheiro externo para financiar suas exportações, e a suspensão no

pagamento dos juros de empréstimos de curto prazo poderia interromper o fluxo de recursos junto aos credores internacionais.

Joel Korn considerou a decisão brasileira uma medida prática no sentido de preservar reservas cambiais, de modo a utilizá-las para o financiamento das prioridades econômicas e sociais do País. Segundo explicou, a atual situação do quadro econômico interno levou o governo brasileiro a pedir mais tempo para honrar seus compromissos financeiros no Exterior. Acrescentou que para o Bank of America, o segundo maior credor do Brasil, a situação econômica brasileira é preocupante, razão pela qual o maior banco comercial do mundo vem mantendo uma posição de expectativa. Ressaltou que existem riscos de alguns pequenos bancos estrangeiros.

"Endurecem diante da decisão do governo brasileiro, e por isso é importante um engajamento completo para que se chegue a uma melhor forma de negociação possível", aconselhou Korn.

Eram US\$ 14 bilhões a serem pagos somente este ano. Eram.

Este ano, somente do principal da dívida externa brasileira estão vencendo US\$ 14,430 bilhões. Em juros a última estimativa do Banco Central indicava pagamentos de US\$ 9,3 bilhões e mais US\$ 3 bilhões de outros serviços. Se o País fosse honrar tudo isso em 1987, as exportações teriam de gerar um superávit de US\$ 26,7 bilhões. Como nada indica que isso ocorra, o governo quer negociar a rolagem de cerca de US\$ 10,3 bilhões devidos aos bancos privados estrangeiros e uma parte a instituições financeiras de países da Europa, Estados Unidos e Canadá, que se reúnem no Clube de Paris para cobrar seus créditos.

Em fins de janeiro, os negociadores brasileiros conseguiram o reescalonamento de US\$ 4,122 bilhões junto ao Clube de Paris, dos quais US\$ 2,49 bilhões do principal e US\$ 782 milhões de juros de 1985 e 1986 e parte dos vencimentos de 1987 (US\$ 850 milhões). Foi dado um prazo de seis anos com três de carência.

Com os bancos privados internacionais (débito de US\$ 10,3 bilhões) a rolagem é algo pacífico, pois o que interessa aos banqueiros, no momento, é que o Brasil garanta pelo menos os juros. Porém, as negociações

se complicam quando da fixação do total a ser rolagem, assim como os prazos para pagamento e a carência. Os pagamentos da dívida externa brasileira estão concentrados entre 1986 e 1994, conforme o último perfil desenhado pelo Banco Central. O projeto do Brasil para resolver pelo menos em parte esse problema é o de sempre — consolidar as obrigações vencíveis nesse período num **pacote** e jogar os pagamentos para o futuro. E também aceito que os bancos forneçam algum dinheiro novo a mais, para ajudar no pagamento dos juros e de parte do principal. Em outras palavras: que os banqueiros forneçam dinheiro para que o Brasil pague a eles próprios.

Mas o problema imediato é o dos juros, que não podem ser adiados. **Grosso Modo**, o país precisa de US\$ 12 bilhões anuais para não ficar inadimplente. Essa quantia pode proceder de várias fontes, tais como do Superávit comercial (exportações menos importações), novos empréstimos dos bancos privados, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos investidores externos e dos governos estrangeiros. Todos os anos, os banqueiros tem dado sem muita relutância créditos de

curto prazo — cerca de US\$ 16 bilhões — para financiar o comércio exterior brasileiro, mas dinheiro de longo prazo o Brasil não vê desde 1983.

As dificuldades enfrentadas pelo País no momento têm várias origens. As multinacionais deixaram de trazer dólares para investimento no País, a balança comercial não está gerando superávits suficientes para pagar juros e amortizações ao Banco Mundial, ao FMI; ao BID, o Clube de Paris não tem fornecido novos empréstimos e todos os US\$ 4 bilhões que o FMI emprestou em 1983 e 1984 agora estão sendo pagos com juros e amortizados. Aquela instituição emprestaria mais se o Brasil não se negasse a seguir suas diretrizes.

Em fins de novembro, a dívida externa brasileira havia somado, em dólares, US\$ 101,369 bilhões dos quais US\$ 93,640 bilhões registrados e US\$ 7,729 bilhões não registrados. Mas como nessas cifras não incluídas várias moedas (iene japonês, marco alemão, libra inglesa, lira italiana, dólar canadense, franco francês, franco suíço), a quantia em dólares norte-americanos varia à medida que esta moeda se valoriza ou apresenta queda de cotação perante as demais.